

Aluno:	<b>Gustavo Magalhaes Mendes de Tarso</b>				
Conveniada:	<b>Brasília 0</b>				
Turma:	<b>MBS02488-MGS-T01</b>				
Disciplina:	<b>Aspectos jurídicos e compliance em Saúde</b>				
Prova:	<b>1ª Chamada - 24/10/2025</b>	Valor da Prova:	7,00	Nota Aluno:	6,00
Disponível a partir de:	<b>07/11/2025 (0 dias)</b>				

## Comentários das Questões

<b>Questão 1)</b>	Valor: 3,00	Nota: 3,00	
<b>Questão 2)</b>	Valor: 4,00	Nota: 3,00	a natureza da responsabilidade civil é objetiva por força do artigo 37 da CF.



1020762500388217529

Aluno: Gustavo Magalhães Mendes De Tarso  
Curso: MBA Executivo em Administração: Gestão De Saúde  
Disciplina: Aspectos jurídicos e compliance em Saúde  
Professor: Maria Luisa De Barros Correia

Documento: 659.984.133-34  
Turma: MBS02488-MGS-T01  
Avaliação: 1ª Chamada

Data: 24/10/2025



2020762500388201100

- 1) Nas respostas das questões, o aluno deverá indicar os artigos das leis que entender que são cabíveis.

Considerando que o hospital privado está recebendo um paciente de <sup>80 anos de idade</sup> oitenta e dois anos, o qual sofreu um acidente doméstico e fraturou um dos braços e uma das pernas e precisa permanecer internado para exames e medicação indicados por seu médico assistente. Pergunta-se:

Indique três diretrizes que o hospital deverá seguir para garantir uma boa assistência ao paciente e comente-as:

(PALAVRA: 3000 pontos)

O quadro clínico do paciente apresenta lesões graves com potencial risco de dano de longo prazo considerando a idade do paciente, com alta probabilidade de um quadro de transtorno de ansiedade. Diante deste fato, as três diretrizes principais devem ser o atendimento diligente da equipe médica, o fornecimento de informações em linguagem compatível com o padrão socio-cultural do paciente e a garantia dos direitos do idoso.

O atendimento diligente consiste na aplicação de protocolos, atendimento cívico dentro das possibilidades e garantia dos recursos técnicos e humanos para a realização. O artigo 1º, inciso III c/c o artigo 5º da CF/88. Todos os atos devem ser registrados no prontuário.

O fornecimento de informações está pontado principalmente no artigo 6º da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 especialmente no inciso III inclusive para que o usuário tenha acesso de escolha.

Por fim, como paciente internado, possui direito a um ambiente adequado o artigo 16 da Lei n. 10.741, de 1º de setembro de 2003.



1030782500388217529

**Aluno:** Gustavo Magalhães Mendes De Tarso  
**Curso:** Mba Executivo em Administração: Gestão De Saúde  
**Disciplina:** Aspectos jurídicos e compliance em Saúde  
**Professor:** Maria Luisa De Ramos Correia

**Documento:** 659.984.133-34  
**Turma:** MBS02488-MGS-T01  
**Avaliação:** 1ª Chamada

**Data:** 24/10/2025



2030782500388202100

- 2) Determinada paciente veio a falecer em decorrência da Covid – 19 em janeiro de 2021, durante a crise no abastecimento de oxigênio em Manaus, havendo a família ajuizado ação indenizatória perante a Justiça Federal do Amazonas. A sentença judicial determinou o pagamento no valor de R\$ 1.400.000,00 (Um milhão e quatrocentos mil reais) sendo considerado o valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais) para o viúvo e os seis filhos da falecida a serem pagos pela União, governo do Amazonas e a prefeitura da Capital.

**Pergunta-se :**

**2.1 – Qual a natureza da responsabilidade civil dos entes públicos e o motivo da condenação imposta na sentença judicial.**

**2.2 – A justificativa para a decisão ter alcançado a União, o estado e o município e qual o principal efeito para os credores**

(VALOR: 4,00 ponto(s))

A natureza da responsabilidade civil dos entes públicos é objetiva, conforme o artigo 37, inciso XXXIII C/C o artigo 6º da CF/88, além do artigo 14 da Lei n. 8078, de 11 de setembro de 1990. O motivo da condenação pautou-se na comprovação do nexo de causalidade entre a ineficiência do Estado em cumprir o seu dever de preservar a vida. Podemos citar ainda o artigo 196 da CF/88 que corrobora a decisão.



1040762500386217529

Aluno: Gustavo Magalhães Mendes De Tarsó  
 Curso: Mba Executivo em Administração: Gestão De Saúde  
 Disciplina: Aspectos jurídicos e compliance em Saúde  
 Professor: Maria Luisa De Barros Correia

Documento: 659.984.133-34  
 Turma: MBS02488-MGS-T01  
 Avaliação: 1ª Chamada

Data: 24/10/2025

2)



2040762500308202100

A partitativa do direito tem sido abrangida pelo União, o estado e o município até pontuada no artigo 198 da CF/88, que explicita integralmente que os serviços de saúde públicos integram uma rede regionalizada e hierarquizada, que embora tenham papéis definidos, constituem um sistema único e organizado, com corresponsabilidades. O principal efeito para os credores é que eles terão a indenização paga independente de um dos entes não possuir verba para o pagamento, basta visto que todos os entes respondem solidariamente.